



Discurso & Sociedad

Copyright © 2019
ISSN 1887-4606
Vol. 13(3) 432-448
www.dissoc.org

Artigo

A produção de uma intimidade ubíqua, esteio da fratura social

*The production of ubiquitous intimacy, the
mainstay of social fracture*

Luciana Salazar Salgado

Departamento de Letras
Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

Jaime Tadeu Oliva

Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo (Brasil)

Resumo

Neste artigo, incluímos o espaço nas condições de produção dos enunciados, considerando como partícipes da produção dos sentidos as materialidades tangíveis e suas formas de circulação. Descrevendo o atual período como “confusão dos espíritos” (Santos, 2000), consideramos a relação entre “mídiuns” (Debray, 2000) e “mundos éticos” (Maingueneau 2008) na “hiperespacialidade” (Lussault, 2013), construída por duas apropriações da técnica algorítmica: em termos discursivos, duas culturas se desenvolvem – a cibercultura e a cultura digital – conforme se cultivam diferentes usos da técnica. Para desenvolver este estudo, o acontecimento discursivo posto no horizonte é o uso do WhatsApp nas eleições brasileiras de 2018, que, segundo os achados, firmou as bases da fratura social atualmente vivida no país.

Palavras-chave: cibercultura, mídiun, Whatsapp

Abstract

In this article, we include the space in the conditions of statements production, considering the tangible materialities and their spreadability as part of the production of meaning. Describing the present time as a "confusion of the spirits" (Santos, 2000), we focus on the articulation between "mediums" (Debray, 2000) and "ethical worlds" (Maingueneau, 2008) as part of an "hyperspatiality" (Lussault, 2013) constituted by two different uses of the algorithmic technique: in discursive terms, two cultures are developed – cyberculture and digital culture – as different uses of the technique are cultivated. On these bases, we examine the use of WhatsApp in the Brazilian elections of 2018, which, according to the findings, established the current social breach in Brazil.

Keywords: cyberculture, medium, WhatsApp

Considerações iniciais

Nas eleições havidas em 2018 no Brasil, bastante conturbadas porque eivadas de irregularidades, algumas delas sustentadas por uma legalidade contestada¹, um *modus operandi* desencadeou uma série de embates sociais durante o pleito e depois. Neste artigo, delimitamos um aspecto desse processo: o uso de redes digitais alimentando a fratura social.

Desde a chamada Primavera Árabe (2010-2012), passando por um grande volume de discussões sobre a instrumentalização da plataforma Facebook nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, essa questão se impôs na agenda internacional. No caso brasileiro, o tema diuturno desde o referido pleito é o que se tem designado como um “ódio” que impede o debate, do qual decorrem o esgarçamento de relações íntimas (as famosas brigas “no grupo da família”, por exemplo) e uma nova tensão nas relações públicas, especialmente nos ambientes de trabalho, nos quais atuam, sem que sejam explicitamente postos em primeiro plano, os perfis, avatares e postagens pessoais. Já se disse exaustivamente que vivemos um borramento entre público e privado, em Han (2018), vemos que se trata de os “sujeitos da performance” abdicarem da gestão de suas subjetividades, delegando-as às plataformas, aos aplicativos e às métricas avaliativas que eles supõem.

Entendemos essa conjuntura em que radicam os enunciados hoje em circulação como um período marcado pela “confusão dos espíritos”:

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador de seu paroxismo, já que a identidade dos atores, até então era mais ou menos visível, agora finalmente aparece aos olhos de todos. (Santos, 2000, p. 46)

Dessa perspectiva, a pergunta em que sintetizamos o problema é: que sociabilidade há nessas redes digitais típicas do período? Afinal, a guerra como norma é:

também o que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas contra as outras); individualismos na ordem política (a maneira como os partidos abandonam a ideia de política para se tornarem eleitores); individualismo na ordem do território

(as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). [...] Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e possessivos que acabam por constituir o outro como coisa. (p. 47)

Nesses termos, delimitamos as condições de produção das práticas discursivas que, no Brasil de 2018, centraram-se na rede Twitter e no mensageiro WhatsApp durante o período eleitoral e ainda depois, dado que os membros do governo formalizado seguem fazendo uso dessas plataformas como principais veículos documentadores de sua atuação. Seu trabalho administrativo é caracterizado por opiniões (ou gostos), posições (ou moral) e questionamentos (ou ignorância) típicos da intimidade – como em uma conversa entre pai e filhos, por exemplo. Aqui, interessados na compreensão das condições de emergência desses enunciados, propomos uma reflexão sobre a centralidade da técnica na constituição das culturas típicas do atual período – a técnica algorítmica.

Podemos dizer que ainda mal começamos a compreender os novos mundos produzidos desde 1945, uma avalanche imparável da mudança tecnoeconômica, da maximização dos fluxos – dos *throughputs* – energéticos e informacionais. De fato, vivemos a privilegiação dos fluxos *vis a vis*, os fundos ou *stocks*, a obsolescência, a precarização, a fluidificação de tudo: todos os bens econômicos, máquinas, organizações, conhecimentos, o capital profissional mais recente, saberes, gostos, identidades de todos os tipos, por mais primordiais que sejam, se tornam informação transmissível e materializam-se em dispositivos portáteis e altamente dinâmicos (Martins, 2012; Han, 2018).

No centro desse turbilhão, a denominada “revolução digital”, propulsora e protagonista das transformações e, portanto, das culturas que permeiam negócios e relações. Que cada qual se conecte a cada outro a todo instante, em todo lugar, é uma característica prometida (e prometeica) dos mundos novos. Já existe um verdadeiro outro-espaco comunicacional (Lussault, 2013) que nasce por meio das ligações de diversos terminais, cada vez mais potentes: computadores pessoais, GPS etc., e sobretudo smartphones, que, abrigando funções de muitos outros dispositivos, estão sempre perto dos corpos de seus portadores, progressivamente em contato direto com os corpos que os portam.

Esse outro-espaco comunicacional é produzido pela conectividade informacional que possibilita que um evento qualquer resulte em efeitos sistêmicos quase instantâneos, cujas consequências podem se materializar bem longe de sua fonte. Dois entendimentos frequentam certo imaginário interpretativo diante dessas novas realidades que estão surgindo. Um deles entende que a aceleração comunicativa, instantaneidade e multiplicidade

exponencial, retira importância do espaço social concreto. Isso em combinação com a aceleração da mobilidade física. O outro relaciona as realidades paridas pela revolução digital à liberdade. Liberdade relacional que, por exemplo, os palestinos segregados entre a Cisjordânia (com seus inúmeros *checkpoints* internos) e a Faixa de Gaza poderiam praticar por meio desse outro-espço comunicacional, que supostamente supera os constrangimentos do espaço contíguo. Mas, de fato, não é bem isso que se observa. Essas acelerações produtoras desse outro-espço comunicacional dão novos significados aos espaços, tornando suas realidades mais complexas. No que diz respeito à liberdade, o que se pode perceber de início afasta-se de qualquer obviedade: vários dos efeitos dessa “virada digital” são contraintuitivos.

O geógrafo Michel Lussault (2013), visando descrever as repercussões nas espacialidades sociais, inspirado na percepção de que nossas sociedades estão se organizando como sociedades hipertextuais, designa como um fenômeno correlato a “hiperespacialidade”. Ela reflete o papel inédito e crucial da conectividade: como se passa de um site a outro, depois outro, outro ainda, *ad libitum* (será mesmo?) por hiperlinks, pode-se também ligar qualquer espaço a um outro, com os instrumentos de hiperligação comunicacional, o que faz do meio digital esse outro-espço comunicacional, um mediador da hiperespacialidade que nossa intuição tende a ver como um instrumento de ampliação da liberdade dos indivíduos e grupos. A hiperespacialidade é um desdobramento inevitável da transformação dos espaços em meio técnico-científico informacional, como, de forma precursora, desde meados dos anos 1980, o geógrafo Milton Santos elaborava. Mas institui conexões entre pontos, não se trata de livre trânsito. O gráfico abaixo figurativiza isso. Mostra interações Twitter em torno da hashtag #EleNão, que configurou a versão digital de um movimento de mulheres contra o candidato a final vitorioso no pleito de 2018. Esse movimento entrou para história tanto por sua magnitude quanto pelo efeito indesejável que a ele se seguiu: após essa manifestação gigantesca no dia 29 de setembro, o candidato rechaçado pelo movimento subiu nas pesquisas. Mais tarde, saberíamos do trabalho havido no mensageiro WhatsApp².

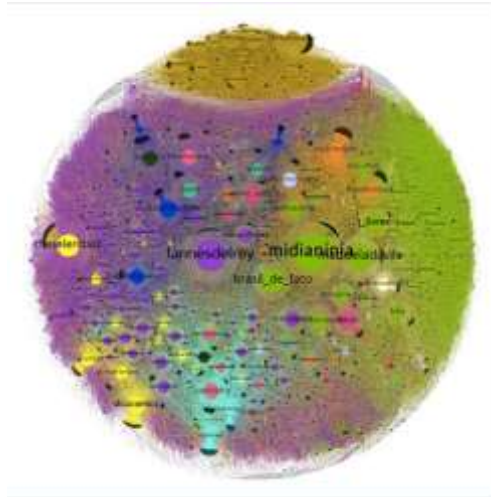


Figura 1: Gráfico de fluxos no Twitter no dia 29/09/18 - 270.833 tuítes com a tag #EleNãogeneraram 1.011.568 RTs. Fonte: @fabiomalini

Nesta altura, importa observar como essa figurativização, embora sugira a metáfora do globo terrestre, uma “mídiaesfera”, é um gráfico de intensidade de fluxos, que marca áreas bem delimitadas em torno de núcleos bem específicos, os chamados “influenciadores”. Como se verifica nos números da Figura 1, não há troca, mas volumes do mesmo, que contam precisamente por serem volumes: subir uma hashtag no Twitter serve para dizer que se falou muito sobre dado tema de uma dada posição. Não se trata de debate, são sobretudo repasses de mensagens (RTs). O que se verifica, é que, enquanto a conectividade fomentada pelo meio digital se generaliza, os separatismos se insinuam. Não há espaço anódino, sem interrupções, o que se nota é a multiplicação das barreiras, dos limites, dos muros, das áreas de transição controladas. Cada vez mais os espaços parecem ser uma agregação pouco coerente de frações, bolhas, zoneamentos, esferas, áreas funcionais, vizinhanças fortemente delimitadas.

Essa separação controlada e controladora exige a mobilidade avançada e a hiperespacialidade para fazer funcionar as bolhas espaciais e oferecer aos seus habitantes serviços típicos do período. Aqui há um paradoxo entre a mobilidade e o isolamento (seu contrário), a conectividade e o afastamento relacional (seu contrário), tudo apoiado em redes digitais vistas como libertadoras. Não é curiosa uma época onde o cosmopolitismo aparente, de grande escala, vai de par com a generalização de ilhas residenciais homogêneas e identitárias? Não é surpreendente que cada vez mais os indivíduos móveis e conectados (como as mercadorias e os dados) devem, simplesmente para

existir, ter a habilidade de atravessar espaços cada vez mais controlados por procedimentos constrangedores (registro de documentos, fotos), apoiados e fortalecidos com a inserção das bolhas espaciais no mundo digital? Não surpreende, se procuramos examinar o fenômeno discursivo que atribui valor a essa hiperespacialidade.

Cibercultura e cultura digital: uma técnica, dois discursos

Para enfrentar a questão enunciada, a saber, a confusão dos espíritos e a hiperespacialidade a ela correspondente, condicionantes da circulação dos dizeres, damos continuidade a um programa de pesquisa no qual consideramos como fundamento a relação entre *mídiu*m (Debray, 2000a) e *mundo ético* (Maingueneau, 2008), com vistas a examinar práticas que definem culturas. Trata-se de entender que os objetos técnicos são materialidades inscricionais (*mídiu*m) que sustentam e são sustentadas por certos valores e crenças (mundos éticos), característicos dos modos de viver nos quais se apoia a produção de *ethos* discursivo³. E os dispositivos digitais são os objetos técnicos típicos do período.

Assim, procuramos compreender como dois diferentes mundos éticos se instituem na dinâmica dos dispositivos digitais, na qual se estabelecem, a partir da unidade complexa que referimos por técnica algorítmica, o que se pode chamar de “cibercultura” (uma forma de apropriação da técnica ligada sobretudo aos aspectos do controle de fluxos) e uma “cultura digital” (uma forma de apropriação da técnica ligada sobretudo aos aspectos dos fluxos controlados).

Frequentemente esses termos são usados como sinônimos, aqui, entendemos que há duas culturas distinguíveis, embora não totalmente diferentes, pois co-ocorrem e delimitam-se na apropriação da técnica algorítmica, que se assenta em dois princípios: o princípio dos protocolos (padrões precisos sem os quais não se seleciona e codifica a informação a distribuir) e o princípio da difusão (definidor do fim último das redes: comunicar as informações, distribuí-las). Cada uma dessas culturas delinea-se num mundo ético, conforme se apropria da técnica algorítmica, dos objetos em que ela funciona. Trata-se de entender que duas semânticas se impõem nos usos dos objetos que encarnam essa técnica, que se define por padrões de controle – seletividade – e distribuição de conteúdos – propagabilidade (Jenkins, Green, Ford, 2014). A perspectiva que autoriza essa distinção é, portanto, discursivo-medialógica, pois leva em conta o modo como os enunciados se inscrevem materialmente e circulam⁴. Noutros termos, implica

considerar que a produção dos sentidos inclui as materialidades inscricionais e suas formas de circulação.

Sem procurar cobrir a enorme produção sobre “o digital” (profusão que é também um dado do período), trata-se de desenvolver o seguinte argumento: dadas as noções de *seletividade* e de *propagabilidade* que, conjugadas, definem a técnica que preside a distribuição dos dizeres hoje, marcadamente no caso dos dispositivos digitais, entendemos que há práticas de apropriação que enfatizam uma ou outra dessas culturas. A cibercultura, herdeira da cibernética desenvolvida desde os anos 1950, decorre da sofisticação dos sistemas de controle; a cultura digital, nativa, desenvolve-se a partir da cultura de partilha dos hackers dos anos 1980, das práticas remix, da explicitação dos códigos. Em todo caso, sempre há filtros e sempre há fluxos.

Assim, contra uma ideia bastante difundida de que a internet estabelece uma espécie de “mundo online”, que não é pragmaticamente apartado do “mundo offline”, valemo-nos de dados como o fato de *login* e *senha* serem necessários a quase toda navegação, para afirmar que não só há muitas fronteiras, como também desigualdades e exclusões. Tal como se verifica nos espaços sociais, a conectividade convive com seu contrário, a separabilidade. Diz-se facilmente que “tudo está lá, a um clique”. Esse “clique” é o que importa aqui. Se examinamos o que está em jogo, disso decorre considerar que não há propriamente um “lá”, mas um efeito de paratopia, isto é, de um mundo paralelo ao qual se vai a partir de um suposto mundo real. Efeito muito útil para alimentar a crença de que se trata, nesse “lá”, de um “mundo sem fronteiras” porque livre das contiguidades espaciais, das linearidades temporais e das hierarquias características do mundo vivido⁵. A metáfora da *nuvem* é um exemplo emblemático: faz crer que os dados vão para um lugar inefável, não ocupam espaço, não têm custo etc. Sabemos que são estocados em complexos galpões que contêm sofisticadas máquinas em trabalho ininterrupto, geridos por desenvolvedores altamente qualificados, totalmente dependentes de energia elétrica e do consumo de um sem número de materiais tangíveis.

Dada essa perspectiva discursiva-mediológica, operamos com uma conhecida delimitação de Michel de Certeau, historiador que participou da gestão de políticas culturais na França pós-Maio de 68. Em suas palavras, podemos entender cultura como “a proliferação de invenções em espaços circunscritos” (1986, p. 247), sendo que a vida política circunscreve os espaços nos quais um viver partilhado produz novidade ou renovações da tradição. Em breves linhas, podemos dizer, com isso, que nos filiamos à ideia de que a cultura se produz ininterruptamente, mais ou menos condicionadamente, conforme as coerções que circunscrevem espaços de convívio. A consequência desse raciocínio é: a cibercultura circunscreve-se em espaços distintos dos que

definem a cultura digital, circunscreve-se justamente nos espaços mais controlados, dedicados fortemente ao estabelecimento de fronteiras (como as licenças que são pagas para uso de aplicativos); já a cultura digital enfatiza as práticas de compartilhamento, de retomada livre e expansiva de conteúdos, de compatibilizações (como os aplicativos de código aberto e as escritas wiki).

Como dissemos, são semânticas distintas, modos distintos de apropriação das relações que se estabelecem entre os princípios de seletividade e de propagabilidade definidores da técnica algorítmica. Essa formulação que propomos desenha-se com alguma clareza na própria história do Vale do Silício:

A Ideologia Californiana oferece uma maneira de se entender a realidade vivida por esses artesãos da alta tecnologia. Por um lado, estes trabalhadores essenciais são parte privilegiada da mão de obra. Por outro, são herdeiros das ideias radicais dos ativistas da mídia comunitária. A Ideologia Californiana, assim, simultaneamente reflete as disciplinas da economia de mercado e as liberdades do artesanato hippie. Esse híbrido bizarro só é possível através de uma crença quase universal no determinismo tecnológico. Já desde os anos 1960, os liberais – no sentido social da palavra – esperavam que as novas tecnologias da informação fossem realizar seus ideais. Respondendo ao desafio da Nova Esquerda, a Nova Direita ressucitou uma forma antiga de liberalismo: o liberalismo econômico. Em lugar da liberdade coletiva visada pelos radicais hippies, eles defendiam a liberdade dos indivíduos no mercado. (Barbrook; Cameron, 1995, p. 18)

O Whatsapp: mídiu que cultiva a fratura social

A noção de discurso que define nossa perspectiva vai de par com o entendimento de circunscrição acima: pensamos nos discursos como práticas sempre ligadas a outras práticas com as quais têm empatia semântica. Assim, discursos definem-se como um encontro da língua com uma instituição, esta balizando os sentidos que, linguisticamente produzidos, lhe dão sustentação. Logo, definem-se historicamente, são socialmente engendrados, culturalmente e espacialmente circunscritos. A dimensão medialógica com a qual especificamos esse entendimento do funcionamento discursivo concerne justamente à materialidade tangível aí implicada:

A "coisa a ser comunicada" não existe antes e independente daquele que a comunica e daquele a quem é comunicada. Emissor e receptor são modificados, interiormente, pela mensagem que trocam entre si; além disso, a própria mensagem é modificada pelo fato de circular do modo como circula. (Debray, 2000a, p. 62)

Enfim, trata-se de assumir um raciocínio das mediações, do discurso como mediador porque implicado (e moldado) no objeto técnico em que se inscreve. Afinal, os discursos se atualizam em textos, e os textos estão gravados ou cravados em dados suportes, que, por sua vez, são mais ou menos afeitos a dadas formas de circulação (e de recepção, portanto). A implicação epistemológica é a seguinte:

Por um lado, privilegiando a dimensão diacrônica, perguntar-nos-emos por quais redes de transmissão e formas de organização se constituiu esta ou aquela herança cultural. De que maneira foram instituídos os “pensamentos fundadores”? Qual meio físico e mental tiveram de atravessar, de que maneira negociaram com ele, que tipo de compromisso tiveram de aceitar? E a questão dirigir-se-á tanto à grande religião histórica quanto à ideologia secular, tanto à esfera de influência quanto às capelinhas. Por outro lado, privilegiando o corte sincrônico, perguntar-nos-emos de que maneira a aparição de uma aparelhagem modifica uma instituição, uma teoria estabelecida ou uma prática já codificada. De que maneira um novo objeto técnico leva um campo tradicional a modificar-se? Por exemplo, qual efeito as gerações sucessivas de imagens gravadas (a fotografia, o cinema, o sistema digital) tiveram sobre a administração da prova nas ciências? (p. 139)

Dando um passo adiante, pode-se dizer, enfim, que um objeto técnico se define na articulação de um “vetor de sensibilidade” com uma “matriz de sociabilidade”. As matrizes de sociabilidade, institucionalidades fiadoras de discursos, podem ser a universidade, o sistema hospitalar ou mesmo um dado hospital, por exemplo, mas também um governo, a misoginia ou o fascismo, o esquerdismo... para citar uma diversidade de institucionalidades discursivamente estabelecidas. São “organização materializada” (OM), instituem os modos como uma sociedade disciplina práticas e cultiva valores produzindo dados sistemas de objetos técnicos. Os vetores de sensibilidade que apontam para essas matrizes são objetos técnicos, dispositivos inscricionais que afetam os sentidos dos textos, eventualmente até mesmo do que é um texto. São “matéria organizada” (MO), isto é, resultam de lógicas de uso (institucionalizadas) e impõem lógicas de uso (institucionalizando), que nem sempre são coincidentes, e que convivem também com resistências e imprevistos. A metodologia consiste em descrever a conjugação de OM/MO. Uma embalagem de suco, por exemplo, com os vários discursos de que é portadora (representações, explicações e justificações obrigatórias), remete a uma corporação alimentícia ou a uma produção orgânica local, em cada caso evoca toda uma rede de produção, distribuição e consumo que não é só do suco, mas de tudo o que sua formulação nutricional e toda a estética em que se oferece fazem vibrar como formas de estar no mundo, circunscrevendo um lugar que participa de uma rede intrincada de valores: materializa discursos que

assim vivifica, estabelecendo seu mundo ético. Isso vale também para um periódico científico, para um livro de poemas, para um site de governo, para um perfil numa rede social. São todos força material de “transmissão”:

Sem essa OM – bolsão de neguentropia, enclave da ordem trabalhado com meios técnicos e grande esforço na desordem circundante, micromeio constituído com grande dificuldade, forma quase substancial extraída de um meio ambiente mais ou menos amorfo –, a pura e simples translação de MO, através do espaço e do tempo, avançaria para a entropia máxima (interferências, perdas na linha, fossilização, repetição, extinção). Fazer uma cadeia de sentido obriga, para impedi-la de se desfazer, a refazê-la incessantemente com a ajuda de elos vivos. Em suma, se não há transmissão cultural sem técnica, também não há transmissão puramente técnica. (Debray, 2000a, p. 25)

Visto dessa perspectiva, o uso do Whatsapp durante o processo eleitoral no Brasil em 2018 é bastante explicativo do propalado ódio que alterou sociabilidades. Entendamos esse aplicativo multiplataforma como um mídiu de hiperportabilidade: compatível com diferentes sistemas operacionais, pode ser usado em computadores, tablets e smartphones. Assim, participa de diferentes práticas de conexão, que definem modos de apropriação: instalado nos computadores, permitem longos textos digitados em teclado, por exemplo, e que se acessem os bancos de dados a que o computador está conectado; nos smartphones, viajam colados aos corpos que, em movimento, captam o mundo à volta, editam-no e postam (o que não é a mesma coisa que partilhar, diga-se) “em tempo real”.

Considerando que, segundo dados consolidados na PNAD 2018⁶, são 138 milhões de brasileiros portadores de smartphones para uso pessoal, e que, como vimos, esses objetos são característicos da hiperespacialidade, importa compreender que se trata de um fenômeno massivo de distribuição de mensagens instantâneas individualizadas – e individualizadas não no enunciado propriamente, mas no seu modo de inscrição material e distribuição: um dispositivo pessoal. Isso tem como efeito de sentido uma suposta privacidade que sensibiliza seus usuários para práticas de intimidade. Um dado relevante é o fato de as pesquisas sobre mensagens nesse aplicativo serem difíceis justamente porque a fronteira aí é da ordem do indivíduo, tem uma circunscrição privativa. Como coletar dados consistentes de mensagens instantâneas, massivamente distribuídas, mas que chegam a cada um em seus dispositivos pessoais? O vetor de sensibilidade, a semântica que aí se vivifica, é da ordem do íntimo. Nesse aplicativo, propaga-se massivamente o que é recebido e repassado entre próximos. Eis a intimidade ubíqua. Grupos de amigos, de colegas de trabalho, de familiares são fronteiras intransponíveis para a pesquisa, na medida em que não são dados públicos. Diferentemente do

que acontece nas chamadas “redes sociais”, no WhastApp há “grupos pessoais”.

A dêixis discursiva das mensagens distribuídas nesse mídiu aponta para matrizes de sociabilidade de valor pessoal: independentemente das vozes que enunciam na mensagem verbal recebida, o fiador é o indivíduo que a encaminhou – um primo, um mentor intelectual ou espiritual, ou alguém que com eles tem contato supostamente direto; independentemente de onde e quando foram enunciados, os conteúdos pulsam num aqui-agora do recebimento da mensagem, ela tem seus sentidos assomados pela circunscrição do mundo vivido. Um dado relevante desse fenômeno discursivo é a explosão de discussões sobre fake news, algo que sempre existiu, mas que, neste mídiu, encontra reverberações novas, que complexificam o que se designa por “fake” – às vezes são notícias falsas, às vezes o que está falseado é sua dêixis, há novos efeitos de sentido na atualização de conteúdos que radicavam em outras conjunturas, cujas referências se perderam (ou foram editadas).

Importa, ainda, sublinhar que se trata de um aplicativo que participa intensamente da produção da hiperespacialidade: outros aplicativos (instrucionais de todo tipo, serviços de hotelaria e estadia, de transporte etc.) permitem ou mesmo obrigam seu uso para confirmações ou para continuidade da prestação de serviços (os casos dos aplicativos Airbnb e Uber são exemplares).

Desse modo, o mundo ético para o qual o mídiu WhatsApp sensibiliza é o da conexão com pares que sabidamente cultivam os mesmos valores e crenças, riem da mesma piada, comovem-se com a mesma tragédia, torcem para o mesmo time. Usando toda sorte de simplificações gráficas, emojis e ícones lúdicos como snickers e gifs, às vezes de produção própria (pois todos estão, a princípio, em condições de produzi-los), nesse mídiu, abordam-se, de modo sintético e sem maiores reflexões, quaisquer temas “do momento”. Não há restrição temática. A restrição, fortíssima, é a circunscrição do mundo ético que define os interlocutores – e as fianças. O efeito de coesão, dado por essa conexão a grupos e pessoas da vida cotidiana, se impõe sobre os conteúdos publicamente partilhados (como nas redes Facebook e Twitter), que são partilhados em bolhas, como vimos no gráfico acima, também em espaços circunscritos, mas que são, em boa medida, acessíveis a não-membros. Fisgar a hashtag do outro é uma estratégia para “furar a bolha” e aceder aos fluxos de conteúdos da comunidade a que não se pertence. No caso do WhatsApp, só infiltrados – e esse foi o termo usado durante as eleições de 2018 – têm acesso ao que se diz na bolha do outro. Nesses espaços de fronteiras bem rigorosas, não há disputa pela descrição do real, ele é um dado inabalável. E pode ser produzido ou alterado instantaneamente, como sugere o cartunista André

Dahmer na tirinha a seguir, a propósito do que se passava no período eleitoral em estudo:



Figura 2: Tirinha publicada por André Dahmer em 11/10/18. Fonte: [@malvados](https://www.instagram.com/malvados)

Eis um modo eficaz de distribuir massivamente um real sem que seja publicamente disputado. Trata-se de compartilhamento, mas de sentidos fortemente controlados. É a cibercultura na sua expressão mais cerrada: em geral, nem sequer se sabe como funciona esse mensageiro; ele é usado sem que se leve em conta, por exemplo, que se trata de um produto de uma empresa, cujo algorítmico regedor atende, por definição, à vocação que determina os fins do próprio negócio. Há um modelo de negócios regendo a dinâmica desses envios e reenvios, sem que sejam conhecidos seus códigos de funcionamento. A maior parte dos aplicativos usados na produção da atual hiperspacialidade atende a modelos de negócios cujas lógicas – algorítmicas, mas não só – são privadas. Mais além: privativas. Seleccionam minuciosamente para distribuir eficazmente.

Certamente essa minúcia e essa eficácia estão conformes às matrizes de sociabilidade que um dado modelo de negócios pretende vivificar. Assim, durante as eleições de 2018 no Brasil, os pacotes de disparos utilizados se valeram de um mundo ético já instaurado e potencializado pelas características desse mídiun. A discussão sobre a legitimidade ou a legalidade desses disparos contratados está em curso, e é tema importante a ser desenvolvido em outra ocasião. Neste artigo, queríamos mostrar como as práticas já estabelecidas, ligadas a mundos éticos delimitados, entre outras coisas, pelos mídiuns que os circunscrevem, possibilitaram os usos que foram feitos durante o processo eleitoral em tela.

Nos termos de Han (2017), trata-se de entender que cada dispositivo pessoal não é propriamente um ponto nodal em uma rede, mas, todos ao mesmo tempo – e não juntos! – são “ilhas narcisistas de egos” que se veem confirmados no que recebem. Se não for assim, sai-se do grupo ou bloqueia-se o interlocutor. Não é um dispositivo de troca, mas de confirmações do que já

define o efeito de coesão dado pelas matrizes de sociabilidade das quais se quer participar, para as quais já se está previamente sensibilizado.

Um mensageiro instantâneo privado e privativo é, assim, um ponto máximo da cibercultura e é, por isso, um eficaz mantenedor de fraturas sociais, que se autorizam mais contundentemente com base na crença de que é legítimo aquilo que circula massivamente entre um “nós” constituído por entes simultâneos, igualados pela instantaneidade que convoca a uma pronta aceitação do “monstro” ou da “fada”, ou da substituição imediata de um pelo outro.

Mas a vida em sociedade exige encontros e confrontos e, sem um solo comum, sem o cultivo da ideia de que há um “comum” a ser cultivado, alimenta-se a confusão dos espíritos. Gostaríamos de encerrar estas reflexões com um dado do discurso humorístico, que só se pôr como resistência ao que se impõe tiranicamente no mundo vivido:



Figura 3: Charge publicada por Ricardo Coimbra em 18/11/18.
Fonte: <http://vidaeobrademimmesmo.blogspot.com>

Esta charge de Ricardo Coimbra põe em relevo uma das estratégias discursivas com que se argumentou, durante o período eleitoral de 2018, em favor do reconhecimento de diferenças sem que a isso correspondesse um chamado pelo cultivo do comum. “Proclamação gourmet” é, ao mesmo tempo, uma menção à Proclamação da República em 1889 (o paramento militar evoca a memória do Marechal Deodoro da Fonseca, “herói brasileiro”) e a proclamação dos que a reescrevem ao “proclamar” certos conteúdos revisionistas, (re)predicando fatos históricos. E é também “gourmet”, predicado que ironiza uma prática discursiva característica da atual fratura social, que consiste em transformar algo simples ou mesmo rústico – de fato, comum – em sofisticação de valor distintivo. Neste caso, substitui-se “república”, o convívio regido pelo interesse comum, por “co-living”, o estado de estar vivendo no mesmo espaço. A

questão é, como vimos: que espaço? Num mundo regido pela lógica da técnica algorítmica e cada vez mais pelo predomínio da cibercultura que ela engendra, os espaços que se circunscrevem podem nunca soar como co-presença e, portanto, jamais delinearão mundos éticos efetivamente partilháveis.

Notas

¹ Uma pesquisa em qualquer motor de busca na internet, em diversas línguas, atestará que a tese de que houve um “golpe jurídico-parlamentar” no Brasil em 2016 é amplamente defendida, sem que haja volume semelhante de materiais (postagens, artigos jornalísticos e acadêmicos, livros) que a refutem. Caberia estudar os memes, a modalidade que possivelmente abarca as formas de expressão mais contundente da posição contrária. Mas a coleta desses dados ainda é um desafio metodológico, em razão do que abordamos neste artigo: há fronteiras intransponíveis. O livro *Mídia, misoginia e golpe*, uma farta reunião de entrevistas, pode ser esclarecedor a esse respeito (Geraldine et al. (org.), Brasília: UnB, FACLivros, 2016 – ebook disponível online).

² A jornalista Patricia Campos Mello publicou reportagem investigativa em 18/10/18 sobre o uso irregular do WhatsApp no processo eleitoral. Ela sofre graves ameaças desde então. O Superior Tribunal Federal e o Superior Tribunal Eleitoral não chegaram a formular sanções efetivas.

³ Noção já bastante conhecida, que registramos aqui numa passagem do verbete no Dicionário de Análise do Discurso: “O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação com um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como *uma voz e um corpo*. O ethos se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e que se apoia em uma dupla figura do enunciador, aquela de um *caráter* e de uma *corporalidade*. [...] A imagem discursiva de si é, assim, ancorada em um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura.” (Charaudeau; Maingueneau, p. 220-221, grifos originais)

⁴ No Brasil, muito frequentemente traduzido como “midialógico”, donde a consagração de “mídium” e não “médiun”- derivado de *mediação*.

⁵ Mundo vivido: a dimensão pragmática das relações de produção numa escala observável em práticas que aparecem como individuais e são, como sabemos, atualizações de formações mais ou menos amplas, mais ou menos condicionantes, das quais essas práticas relevam.

⁶ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua investiga, anualmente, temas estruturais relevantes para a compreensão da realidade brasileira. Nesta, o IBGE apresenta indicadores sobre Tecnologia da Comunicação e da Informação. (Disponível em <https://www.ibge.gov.br>, último acesso 28 abr. 2019).

Referências

- Barbrook, R.; Cameron, A.** *A Ideologia Californiana – uma crítica ao livre mercado nascido no Vale do Silício*. Trad. Marcelo Träsel. Curitiba, Porto Alegre: Monstro dos Mares, BaixaCultura, 2018.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D.** *Dicionário de Análise do Discurso*. Vários trad. São Paulo: Contexto, 2004.
- De Certeau, M.** *A cultura no Plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1986. Col. Travessia do século.
- Han, B-C.** *No exame: perspectiva do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.
- Jenkins, H.; Green, J; Ford, S.** *Cultura da conexão*. Trad. Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.
- Lussault, M.** *L'Avènement du monde*. Paris : Seuil, 2013.
- Martins, H.** *Experimentum Humanum – civilização tecnológica e condição humana*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- Maingueneau, D.** A propósito do ethos discursivo. Trad. Luciana Salgado. In: Motta; Salgado. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- Debray, R.** *Transmitir – o segredo e a força das ideias*. Trad. Guilherme de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- _____. *Introduction à la médiologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000b.
- Santos, M.** *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Notas biográficas

	<p>Luciana Salazar Salgado - professora na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (Brasil), coordena o LABEPPE – Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (CEFET-MG, UFSCar). Desenvolve pesquisa sobre as relações entre mídiu e autoria. Atua na Pós-graduação em Estudos de Literatura e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP (Brasil). É membro do Centro de Pesquisa FEStA - Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (Brasil).</p> <p>E-mail: lucianasalazar@ufscar.br</p>
	<p>Jaime Tadeu Oliva - professor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo – USP (Brasil), da área temática geografia; coordena o Programa de Pós-Graduação "Culturas e Identidades Brasileiras", onde supervisiona pesquisas vinculadas ao acervo documental do geógrafo Milton Santos. Coordena o projeto “Como Pensar o Brasil Hoje” e é docente da disciplina derivada “Intérpretes do Brasil: como pensar o Brasil Hoje”. Desenvolve pesquisa sobre o mundo urbano brasileiro, sua condição de urbanidade e o impacto das tecnologias digitais.</p> <p>Email: jtoliva@gmail.com</p>